

INTERVENÇÃO FEMININA NA LUTA CONTRA A POBREZA
estudo realizado junto de comerciantes informais da cidade de Maputo –
Moçambique

Por Sónia Frias¹

1. INTRODUÇÃO

No mundo pobre e em particular nas cidades, as mulheres tornam-se hoje, cada vez mais participantes economicamente, agindo no mundo do trabalho para além da esfera doméstica, e contribuindo de forma muito evidente para a sobrevivência familiar.

Este é um fenómeno relativamente recente e nalguns países resultou muito directamente dos modelos de descolonização enquanto noutros foi acelerado pela aplicação dos Structural Adjustment Programs (SAPs).

O grupo de mulheres que estudei em Maputo, a capital de Moçambique, não são excepção no que respeita à dinâmica deste processo.

Grande parte delas – sobretudo das mais velhas – transferiram-se para Maputo nos anos que se seguiram à independência e foram com o tempo aprendendo a adaptar-se à vida e às estruturas da cidade. São por isso de origem camponesa e esse facto espelha-se nalgumas das suas opções e atitudes ainda que noutras se note uma clara adaptação ao mundo urbano.

Todas vendem. Vendas nas ruas, pelo chão as mais pobres e nos mercados informais aquelas com mais experiência e empreendedorismo.

Sabem explicar que o envolvimento mais marcante das mulheres em negócios informais aconteceu em dois momentos distintos da história recente do país. O primeiro em finais da década de 1970 e o segundo em finais da década de 1980.

Em finais de setenta, assistia-se a uma ruptura na gestão das estruturas produtivas e a uma quebra continuada da produção agrícola que afectava o país e em especial os núcleos urbanos. A falência no fornecimento de víveres afectava particularmente as cidades, sobretudo a capital, situada no sul do país, longe das principais Cooperativas agrícolas.

Por essa altura a cidade começou a ressentir-se da falta de alimentos e a insegurança alimentar tornava-se numa ameaça séria sobretudo para as famílias mais pobres.

¹ Professora Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa. e- mail: sónia.frias@iscsp.utl.pt

Em 1987, mantendo-se a guerra e agravando-se cada vez mais as dificuldades que o governo enfrentava no tocante à gestão política e económica do país, acaba por ser implementado um SAP. Se dez anos antes o que faltava à população de Maputo eram bens alimentares, agora faltava dinheiro. Consequência da aplicação das medidas de ajustamento foram um pouco por toda a África as privatizações, o desemprego (sobretudo urbano), e reduções várias no âmbito das estruturas e programas de apoio social aos mais carenciados.

Em qualquer destes momentos, as mulheres, confrontadas com a incerteza da fome, inventaram soluções inesperadas num esforço para garantirem a sobrevivência e a qualidade de vida das suas famílias sobretudo a dos filhos. Urgia por isso encontrar uma solução rápida e eficaz. Entre uma pequena cultura de quintal e uma rede de conhecimentos bem colocados politicamente, algumas mulheres conseguiam aceder esporadicamente a alguns produtos que cozinhavam e posteriormente vendiam, discretamente, num circuito de vizinhança. Contudo, dada a escassez desses produtos, esta era claramente uma estratégia de curto prazo. Rapidamente as mulheres se viram na necessidade de pensar em alternativas.

Muitas tinham uma rede de parentes camponeses a residir em aldeias próximas de Maputo e apesar da guerra e de todo um conjunto de outras dificuldades que lhe acresciam (e sobre as quais nos deteremos adiante), algumas cedo se propuseram sair da cidade e procurar auxílio junto desses familiares. Levavam-lhes produtos da cidade – querosene, cobertores, fósforos - que trocavam por produção da *machamba* (horta).

Começou deste modo a tomar contornos muito definidos o comércio informal propriamente dito. Mais tarde muitas mulheres começaram a alargar a sua rede de fornecedores para além da parentela. Ao dominarem melhor a dinâmica dos negócios passaram a fornecer-se em províncias mais distantes onde encontravam uma maior variedade de produtos, a preços mais convenientes. Desta forma deixavam de depender tão estreitamente do apoio da família camponesa, atenuando-se laços de responsabilidades reforçadas por via desta reaproximação. Posteriormente, um segmento destas vendedeiras começou a especializar-se no comércio de outros produtos que compravam já não noutras províncias de Moçambique, mas nos países vizinhos.

Ainda em franco desenvolvimento, o comércio de produtos alimentares mantém-se até ao presente como um negócio do foro feminino. Os homens que em Maputo começam hoje a aderir aos negócios informais, escolhem, por uma questão de separação de lugares de género, trabalhar com outros produtos.

Durante muito tempo, as actividades das mulheres foram praticadas de forma muito dissimulada. Era importante, e elas sabiam-no, manter este seu empreendedorismo muito discreto, desconhecido dos seus marido e se possível da família mais alargada e mesmo da vizinhança.

A fim de evitarem o confronto familiar, por um lado, e de esconderem o desrespeito que, por meio das suas actividades sentiam exhibir pela ordem tradicional relativa aos lugares e papéis de homens e mulheres, fizeram da casa, em especial das cozinhas, a cobertura perfeita para os primeiros negócios, crucial na estratégia para manterem as suas actividades invisíveis e silenciosas.

Partindo de um conjunto de saberes e competências domésticas, a compra de alimentos e o processamento de comida – tradicional e culturalmente tidos como parte integrante das competências femininas - e usando a descrição do lar, geralmente concebido como um universo muito restrito, castrador da intervenção e da criatividade, um *lugar* que condiciona as mulheres a um conjunto

de comportamentos altamente padronizados e rotineiros e onde não há espaço para a reflexão e a construção de saberes, as vendedeiras que conhecemos, acabaram, em tempos de crise, por se revelar profundamente criativas e competentes.

Numa análise retrospectiva, reconhecemos os esforços que em Moçambique a Frelimo² tentou empreender nos campos do combate ao tribalismo, ao tradicionalismo, tanto quanto ao nivelamento socio-cultural das populações, da emancipação das mulheres ou mais concretamente a respeito da igualdade de direitos de homens e mulheres. Apesar dos ventos de mudança proclamados pela subida ao poder, de um partido de perfil socialista, na prática a realização dessa mudança apresentou-se quase inexistente porque foi difícil de assumir e de se realizar e a organização social manteve-se orientada segundo as normas tradicionais, quer no mundo do trabalho, quer ao nível das relações familiares, nomeadamente ao nível das relações de casal.

OS PRIMEIROS NEGÓCIOS: AS PRIMEIRAS DIFICULDADES

Com o tempo e o desenvolvimento dos negócios a o fluxo de entradas e saídas da cidade, as ausências cada vez mais prolongadas – se de início as mulheres se esforçavam para ir e vir ao campo no mesmo dia, com o tempo, a confiança o treino e a ambição que iam adquirindo na realização negocial – aumentava o número de negociantes que, em busca de melhores oportunidades de negócio, se deslocava a pontos cada vez mais distantes da cidade, facto que começou a dificultar as viagens de ida e volta no mesmo dia.

Ausentes de suas casas por mais de um dia, os pretextos de que se socorriam para justificarem junto dos maridos e familiares próximos as suas ausências acabavam por limitar-se e a acção das mulheres acabou necessariamente por ir tomando visibilidade.

Uma grande maioria dos homens não conseguiu tolerar a ideia de que as suas mulheres se dedicavam ao comércio e auferiam a partir daí um rendimento próprio.

Na realidade, por ocasião das primeiras suspeitas a respeito das sucessivas ausências das mulheres, e perante a forma dissimulada como elas se organizavam, quase todos os maridos (e a própria sociedade) assumiram que as mulheres se dedicavam à prestação de favores sexuais a outros homens com o fim de conseguirem obter os produtos e o dinheiro que faltavam em casa. As prolongadas ausências das mulheres, assim como o sucesso que têm conseguido obter, desde cedo orientaram mais o imaginário para o campo da aventura e transgressão do que do trabalho e do esforço.

O desemprego, ao remeter muitos destes homens para uma condição de vazio ocupacional, acabou por criar-lhes um vasto conjunto de problemas. Se pensarmos que, actualmente, o trabalho é também, um poderoso factor de integração e inclusão social, um desempregado, sobretudo se se mantiver nessa situação durante um intervalo de tempo relativamente duradouro (como é o caso dos homens em questão), para além de se ver economicamente limitado, pode acabar também por se ir assumindo pessoal e socialmente excluído, até mesmo marginalizado por não conseguir preencher um dos requisitos necessários para que seja reconhecido como um indivíduo de valor e participante num mundo – o do trabalho - que aprendeu a entender como peça fundamental do processo de realização dos homens.

É por isso compreensível que em Maputo como em qualquer cidade europeia, o desemprego

2 O Partido que assumiu o governo após a independência.

de longa duração possa actualmente constituir-se para além de um factor de desintegração económica, também um factor de desintegração psicológica, social e cultural.

2. EMPOWERMENT E MUDANÇA

Em poucos anos pelo seu engenho e o seu empenho este grupo de mulheres acabou por conseguir um elevado grau de sucesso nos seus empreendimentos. A quebra no fornecimento de bens alimentares à cidade tornava o tráfico de produtos da terra uma actividade particularmente bem sucedida.

Este fenómeno tomou tal relevância que hoje, em Maputo, tal como acontecerá em muitas outras grandes cidades africanas a intervenção feminina na economia (ainda que paralela) já se pode considerar uma vantagem em termos de mudança.

Na verdade, num número crescente de casos, em Maputo, uma substancial fatia dos rendimentos familiares são hoje garantidos pelas mulheres, dado que o desemprego masculino e os salários muitos baixos não permitem que os homens, que apesar de tudo continuam estatisticamente a constituir o maior número de indivíduos com empregos formais, continuem *de facto* a chefiar, em termos económicos e decisórios o agregado familiar.

Por via dos seus empreendimentos um bom número destas mulheres acabou por conseguir alguma autonomia económica por relação aos homens, em especial aos seus maridos ou aos pais o que acaba por ter consequências práticas em termos do desafio que se põe à perpetuação impoluta da ordem tradicional e das práticas costumeiras, nomeadamente no que respeita, como já referimos, aos lugares e responsabilidades sociais de homens e mulheres.

Embora a política das unidades domésticas possa ser relativamente calma nas comunidades rurais, torna-se mais agitada com a urbanização porque o controlo da comunidade tradicional sobre o comportamento das mulheres se torna menos rígido e porque as mulheres começam a contar como força de trabalho.

As mudanças que neste âmbito já se começaram a fazer sentir, tendem a alterar a perspectiva das relações entre os géneros, nomeadamente as tradicionais de dependência das mulheres por relação aos homens, assim como a perspectiva sobre o valor dos laços de afinidade e obrigações entre homens e mulheres mas sobretudo e nos casos que pudemos observar em Maputo, mesmo entre as famílias e até ao nível da própria estrutura comunitária.

CUSTOS DA SOBREVIVÊNCIA E DO SUCESSO

Neste texto não procuramos explorar o fenómeno económico em que se constitui a economia informal em si, mas alguns dos novos fenómenos sociais que têm vindo a desenhar-se, fruto do seu significativo desenvolvimento.

De entre esses fenómenos, as questões relativas aos estatutos e poderes de homens e mulheres nas sociedades, nomeadamente nas sociedades em desenvolvimento, apresentam-se como algumas das mais interessantes, muito em especial no que concerne à composição dos tradicionais puzzles relativos às diferenças entre os sexos.

No ambiente em que agora estas pessoas viviam, a cidade, a organização familiar e mesmo social exige novas lógicas de atitude e de acção e as mulheres perante a crise e as dificuldades a ela inerentes, sentiram-se forçadas a agir para além dos seus lugares, o que na prática implicou que começassem por desafiar o modelo tradicionalista de acção, limitador e desadequado ao momento.

A nossa reflexão projecta-nos para a ideia de que se a economia informal foi uma semente de mudança no que se refere às questões relativas aos lugares sociais das mulheres, mas o ambiente urbano foi mais do que isso, foi o terreno especialmente adequado à frutificação e desenvolvimento dessa semente.

Hoje o nosso grupo de mulheres continua a lidar com muitas dificuldades no que respeita às questões relacionadas com a sobrevivência familiar. Continuam ligadas a um padrão de valores muito claro sobre o lugar e as responsabilidades de cada elemento no seio de uma família, confessam contudo já não terem a disponibilidade de outrora para lidar com regras de parentesco rígidas e com a intervenção constante dos mais velhos das famílias dos maridos³ na gestão do seu núcleo familiar mais restrito.

Têm consciência de que a sua vida mudou. A cidade tem nisso um papel implacável. A necessidade de trabalhar e uma nova consciência da sociedade e do mundo dificulta-lhes cada vez mais a manutenção de um modelo de vida mais tradicional que ainda resiste, em especial, no campo, mas com o qual os ritmos e a organização urbana não se compadecem.

AS FAMÍLIAS

Este *desencontro* sobre responsabilidades e actividades de mulheres e homens tem tido sérios impactos ao nível das relações de casal e da desestruturação de famílias.

Logo que começámos o nosso trabalho no terreno apercebemo-nos por exemplo de que um elevado número mulheres vendedeiras nos mercados, não têm marido, vivem em regra com os filhos que ficam a seu cargo.

Este facto, tem vindo a avolumar o número de famílias monoparentais e tem contribuído indubitavelmente para a visibilidade de um fenómeno, o das *Famílias Chefiadas por Mulheres* (FCMs), fenómeno que tem vindo a preocupar o governo e que requer esforços no que toca à reflexão sobre políticas de apoio a estes núcleos familiares.

As FCMs, são famílias identificadas (tal como acontece um pouco por todo o mundo) como um dos grupos sociais mais vulneráveis dado que são famílias cuja sobrevivência e manutenção dependem de uma mulher, normalmente a mãe, que é também a fonte principal de apoio económico.

O número de FCMs em muitos países da África subsariana, parece estar continuamente a aumentar (Handa et al. 1999), e segundo indicam os dados de vários organismos, o maior número de mulheres chefes de família são mulheres solteiras, seguindo-se depois as viúvas e as mulheres casadas sobretudo aquelas cujos maridos emigraram por motivos de trabalho.

São raros os trabalhos que fazem referência a mulheres separadas ou divorciadas.

É certo que parte avultada dos estudos existentes sobre esta questão se relaciona, na maioria dos países, com o êxodo masculino e como é óbvio com o seu impacto em ambiente rural.

³ Em Moçambique, as razões que a maioria dos autores reconhecem para o aumento das FCMs, No sul de Moçambique predomina a organização familiar de base patriarcal.

ligam-se ainda actualmente à guerra e à emigração dos homens que saem à procura trabalho para as minas da África do Sul, parecendo não se dar ainda importância de relevo à migração das populações para as cidades, nomeadamente para a cidade capital.

A guerra, terá deixado um número substancial de viúvas, mas a emigração de moçambicanos para trabalhar nas minas do país vizinho⁴, tem vindo, ao longo das últimas décadas, a ser fortemente refreada pelas autoridades sul-africanas no seguimento da implementação de políticas restritivas da imigração.

Esse facto tem levado a uma significativa redução da emigração masculina⁵ para a África do Sul, e terá de certa forma redireccionado, pelo menos alguma margem desse fluxo migratório para Maputo, persistindo por isso uma elevada percentagem de mulheres a chefiar famílias em meio rural.

Em meio urbano, a situação toma um perfil algo diferente.

O número de mulheres solteiras, casadas e viúvas parece ser, em termos proporcionais, menor do que no campo, e o número de separadas e de divorciadas aparenta, pelo contrário, ser bastante maior.

Vejam os alguns dos factores que se pode conceber terem alguma influência nesta situação:

a falta de empregos ou de subsídios sociais, o que limita económica e socialmente muitos homens e afecta a sua auto-estima uma vez que, sem possibilidades de, por meio de um trabalho remunerado conseguirem cumprir algumas das funções de *chefes de família*, passam a sentir-se desprezados e feridos na sua virilidade, tornando-se ao que parece, incapazes de reagir de outra forma que não a de procurarem conforto na inércia, no consumo de álcool ou na violência doméstica;

o crescente envolvimento das mulheres no mundo do sector informal e as consequências desse envolvimento ao nível da sua consciencialização sobre o aumento do seu poder económico, da sua autonomia, uma maior autoconfiança.

Desta forma e extrapolando a partir da situação das vendedeiras com quem trabalhamos, temos que, pelo menos nos últimos anos e ao contrário do que parece registar-se em meio rural, muitas das FCMs na cidade, começam a ser chefiadas por um crescente número mulheres separadas ou divorciadas. Se a intervenção das mulheres no campo dos negócios tem vindo, segundo elas próprias defendem, a ser cada vez mais estimulada pela necessidade económica, o facto é que essa intervenção começa a transformar a estrutura de algum modelo social (para além da económica) de uma cidade e uma sociedade ainda fortemente ruralizadas mas já inquestionavelmente em transição.

Um dos preços dessa transição espelha-se no aumento do número de separações e divórcios, de famílias chefiadas por mulheres, de famílias fragmentadas e de mães solteiras, uma vez que, o valor e a importância que sobretudo as mulheres mais novas parece darem ao facto de terem um marido, é cada vez menor.

Os filhos continuam a constituir-se para elas num bem procurado e insubstituível, mas a sua capacidade para manterem uma aliança matrimonial segundo os moldes em que a maioria dos homens insiste em assumir, parece estar a baixar.

4 A emigração de mão-de-obra masculina de Moçambique para as minas da África do Sul foi durante várias décadas uma realidade. O fenómeno tornou-se de tal forma importante que, para além dos impactos económicos que implicou, chegou também a tomar contornos sócio-culturais particularmente interessantes passando a ser considerado não um ritual mas certamente uma marca de passagem dos jovens que partem rapazes e regressam homens adultos.

5 Os emigrantes moçambicanos para as minas eram maioritariamente oriundos das províncias de Maputo e Gaza, as províncias do sul do país.

3. MÃES E FILHOS

Dada a mudança operada nas vidas das mulheres em estudo – o ganho de autonomia económica e pessoal, os novos saberes e os novos poderes - poderia esperar-se que, também às suas ambições para os filhos e para as filhas, se tivessem alterado por relação à tradição.

A par com as alterações que se verificaram nas suas vidas desde que se passaram a dedicar aos negócios, e da noção que o desenvolvimento desses negócios lhes terá proporcionado sobre a importância de se saber ler, escrever e contar para se vingar na vida, e mais ainda, sobre o valor das habilitações escolares no que concerne ao acesso a um emprego formal, teoricamente mais bem pago, e socialmente mais bem visto, seria lógico pensar-se que, pelo menos a maioria destas mulheres demonstrasse grande empenho na instrução dos filhos.

Na prática, verifica-se de facto que a maioria das mães em questão, tem consciência da importância de mandarem os filhos à escola, mas também pudemos verificar que as taxas de abandono escolar são elevadíssimas, seja entre rapazes como entre as raparigas, sendo no entanto, e como é mais comum em contextos de pobreza, claramente mais elevadas entre as raparigas, e que as mães não exercem realmente grande pressão para que os filhos prossigam os estudos.

As razões do elevado abandono escolar feminino, prendem-se numa grande maioria de casos com situações de gravidezes precoces.

A influência do meio urbano não parece ter neste caso, efeitos particulares por relação ao tradicional entendimento e vivência da sexualidade que, ao que tudo indica continua, tal como no campo, a ser muito livre e pacificamente tolerada.

As próprias mães parece aceitarem que seja quase inevitável que uma jovem adolescente, com doze, catorze anos, acabe por relacionar-se com rapazes da sua idade ou mesmo com jovens adultos e que acabe assim, naturalmente, por engravidar.

Embora haja raparigas que abandonem a escola pelo simples facto de não quererem continuar a estudar, o facto é que uma grande maioria delas abandona a escola quando sabe que está grávida. Mesmo as que abandonam a escola sem que a razão se prenda com uma gravidez, têm fortes probabilidades de engravidar também precocemente.

Uma vez em casa, as jovens, comprometem-se a ocupar-se das tarefas do lar e a cuidar dos irmãos mais pequenos quando estes existam.

São poucas, aquelas que aceitam passar a trabalhar com as mães nos mercados. Na realidade a maioria das mulheres confessou-nos que, os seus filhos e filhas têm normalmente vergonha do facto de as mães serem vendedeiras, uma actividade que consideram socialmente desprestigiante e muito estigmatizada.

Na verdade, as vendedeiras, mesmo em caso de muito trabalho e necessidade, raramente contam com a colaboração das filhas ou dos filhos. Nem sequer lhes requerem essa ajuda. Em regra é mais fácil que contratem alguma rapariga oriunda de famílias mais pobres para as ajudarem.

Nas vozes destas mães, os filhos e filhas são vítimas da conjuntura: do insuficiente acompanhamento materno; do desinteresse e atitude dos pais; da desintegração familiar (quando se referem ao facto de serem separadas, divorciadas ou viúvas); da violência social, da falta de empregos.

A brevidade com que muitas falam das actividades em que se ocupam os filhos durante o dia, trai de algum modo o seu desconforto (e eventualmente um sentimento de culpa ou até de incapacidade para agir), quando sabem que, na sua maioria os seus filhos passam demasiado tempo sozinhos e sem qualquer vigilância, e que por isso, sobretudo os rapazes, passam horas a *gingar* (a deambular) pelas ruas, podendo tornar-se assim presas fáceis nas teias da marginalidade.

A maior parte das nossas entrevistadas teme que os filhos se envolvam em pequenos bandos de criminosos, e que se transformem em *ninjas*, o nome dado aos jovens marginais (rapazes), àqueles que preferem roubar a trabalhar e que para além dos assaltos e de outra violência que possam exercer, se revelam também indivíduos sem quaisquer valores, que não respeitam nem regras, nem pessoas, sejam elas mulheres, crianças ou os mais velhos.

Qualquer mãe tem vergonha de ter um filho *ninja*, no entanto, se algum dos seus filhos se transforma num marginal, ela atribui pesarosamente a culpa, à *História do presente*.

CONCLUSÕES

A pesquisa indica que os esforços assumidos pela maioria daquelas que mais cedo se dedicaram a estas actividades, fizeram numa primeira fase parte de uma estratégia de segurança alimentar mas que, mais recentemente, tem acabado por dar outros frutos tornando-se, mais clara e especificamente numa estratégia de geração e aumento de recursos próprios, afinal num verdadeiro instrumento de empowerment pessoal e social. Apesar de todo este sucesso, pudémos aferir que não deixam de lidar com um conjunto de dificuldades pessoais muito específicas, relacionadas com a solidão, com íntimos sentimentos de culpa pelo desafio á ordem costumeira, com o desrespeito social e com a falta de reconhecimento do seu esforço por parte dos familiares (em especial dos maridos e dos filhos).

As dificuldades por que passaram deram-lhes no entanto uma nova ideia da dimensão do mundo e, de alguma forma até, o orgulho de verem reconhecido o valor, em termos do impacte social, que as suas actividades acabaram por ter no presente.

Haverá certamente outras implicações com efeitos a considerar a médio e a longo prazo.

Em termos de trabalho competirão com os homens, e poderá desta forma, vir talvez a ser activado todo um conjunto de oportunidades de que usufruirão não apenas para as famílias mas para a própria sociedade que, ganhará um cada vez maior número de elementos treinados, para outros projectos de mudança.

REFERÊNCIAS

- AMIS, P. e LLOYD, P. (Eds.), 1990 - *Housing Africa's Urban Poor*, Manchester, Manchester University Press.
- ARTHUR, Michael B. e KERRINKSON, Judith Pringle, 1999 - *The new Careers: individual action and economic change*, London, Sage.
- BADIANE, Alioune, 1996 - Making Cross Sectorial Partnership, in: Christoph Stein (ed.), *Development and Urban Africa*, Barcelona, Centre d'Estudis Africans.
- 1997 - "Participatory Urban Governance: Challenges and Prospects in Africa", *Bonne Governance et Developpement en Afrique*, Dakar, Edition Democratie Africaine (IAD).
- EADE, Deborah (Series Ed.), 1999 - "Development and social diversity", *Development in Practice Readers*, Oxford, Oxfam 1996 .
- GALLI, Rosemary, 2002 - Household Surveys of Women in Urban Mozambique: a Statistical Overview, in: <http://www.ccsu.edu/afstudy/upd1-3.html.03-04-02>.
- HANDA, Sudhanshu, et. al., 1999 - Fazendo Mais Com Menos: As famílias Chefiadas por Mulheres em Moçambique, *Relatório submetido à Embaixada dos Países Baixos*, Policopiado, Maputo, ed. do autor.
- FRIAS, Sónia, 1993 - "Contribuição para o Estudo do Processo de Adaptação à Mudança: o caso de duas mulheres islâmicas na região de Lisboa", *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 111^a, n.^{os}1-12, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- HALL, Tim, 1998 - "Urban Geography", Routledge Contemporary Human Geographie Series, London and New York, Routledge.
- MABOGUNJE, Akin, 1990 - "Urban Planning and the post colonial state in Africa: a research overview", *African Studies Review*, 33(2), (s.l.), (s.n.), pp.122-205;
- 1992 - *Perspective on Urban Land and Urban Managment Policies in SubSaharan Africa*, Washington D.C., The World Bank.
- MIRACLE, Marvin P., MIRACLE, Diane S. e COHEN, Laurie
- 1980 - "Informal Savings Mobilization in Africa", *Economic Development and Cultural Change*, vol.28, n.^o4, Chicago, The University of Chicago Press, pp.701-724.
- NIANG, A., 1997 - "Le secteur informel en milieu urbain, un recours à la crise de l'emploi", *Ajustement structurel et emploi au Senegal*, Paris, Karthala.
- PORTES, Alejandro and SASSEN-KOOB, S., 1987 - "Making it underground: comparative material on teh informal sector in Western market economies", *American Journal of Sociology*, 93(1): 30-61.
- PORTES, Alejandro e CASTELLS, Manuel, 1989 - "World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy", *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*, (s.l.), John Hopkins University Press, pp.11-37.
- PORTES, Alejandro, CASTELLS, Manuel e BENTON, Lauren A., 1989 - *The Informal Economy; Studies in Advanced and Less Developed Countries*, Baltimore and London, John Hopkins University Press
- POTTS, Deborah, 1995 - "Shall we go home? Increasing Urban Poverty in African Cities and Migration Processes", *The Geographical Journal*, Vol.161, parte 3, (s.l.), The Royal Geographical Society, pp.245-264.

- REYMOND, Christophe, 1992 -“Crédit Informel et Banques Populaires au Rwanda”, Genève-Afrique/Geneva-Africa, vol.XXX, n.º2, (s.l.), (s.n.), pp.99-119.
- RUTHERFORD, Stuart, 2000 - *The Poor and Their Money*, New Deli, Department for International Development (DFID), Oxford University Press.
- SACKS, Karen, 1979 - “Sisters and Wives. The Past and Future of Sexual Equality”, *Contributions in Women’s Studies*, n.º10, Westport, Greenwood Press.
- SWEETMAN, Caroline (Ed.), 2001 - “Gender, development and money”, *Oxfam Focus on Gender*, Oxford, Oxfam.
- TIPPLE, A.G., 1976 -“Self-help housing policies in a Zambian mining town”, *Urban Studies*, 13, (s.l.),(s.n.), pp.167-169;
- 1988 - *The Development of housing policy in Kumasi, Ghana, 1901-1981*, (s.l.), Centre for Architectural Research and Development Overseas, University of Newcastle upon Tyne.
- TRIPP, Aili Mari, 1997 - *Changing the Rules. The Politics of Liberalization and the Urban Informal Economy in Tanzania*, California, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.